

# CONSTRUINDO UM MAPA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GESTÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES CARENTES<sup>1</sup>

*Brígida Azevedo Lourenço\**  
*Gustavo Henrique Freire\*\**

## Resumo

Explorou a rotina informacional de uma comunidade carente, situada na cidade de João Pessoa. Primeiramente foi levantado e analisado qual o regime de informação da comunidade. Em seguida fez-se a identificação dos canais e pessoas responsáveis pela produção e divulgação de informações. Para isto foi realizado estudo exploratório na comunidade Santa Clara. A análise dos dados revelou a inexistência de políticas de informação pública na comunidade. Os resultados desta investigação apresentam pontos positivos e negativos, servindo de base para a construção do mapa de políticas públicas que permitam o acesso à informação pelos moradores da comunidade.

**Palavras- chave:** Políticas de Informação Pública. Regime de Informação. Gestão da Informação Pública. Ciência da Informação.

## 1 INTRODUÇÃO

Todos têm direito a ter acesso a informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, hoje o desenvolvimento passa pela informação. A grande revolução que o mundo está vivendo, é a da comunicação, aqueles países que não se integram a este processo ficarão abaixo do desenvolvimento. Vivemos numa sociedade da informação, época marcada pela chamada era da informação, em que o avanço tecnológico e científico induz os profissionais da informação a adotar uma prática moderna de gerenciamento da informação voltada para o acesso a todos, na perspectiva de uma ação de informação pública com vistas da inclusão digital e social da comunidade usuária. Mas, infelizmente, em alguns lugares nos deparamos com a ausência do simples acesso ao serviço telefônico.

Para Assmann (2000) a inclusão refere-se ao processo de inserção na sociedade da informação não apenas pelas tecnologias digitais, mas sim pela competência intelectual de pensar sobre seu espaço e papel nesta sociedade. Partimos da idéia de que vivemos atualmente em uma sociedade da informação e que as desigualdades sociais não impedem apenas o indivíduo de ter acesso à informação, mas a sua participação efetiva na produção do conhecimento. Assim, essa participação deve permitir o controle de

---

<sup>1</sup> Este artigo origina-se do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC intitulado “Entre o Global e o Local: construção participativa de instrumentos de política pública para gestão e acesso à informação”.

\*Estudante do Curso de Biblioteconomia e Documentação. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/ CNPq /UFPB – briggidajp@gmail.com

\*\*Professor Doutor do Departamento de Ciência da Informação da UFPB – Orientador do Projeto PIBIC. – ghafreire@uol.com.br

todas as atividades voltadas para a informação: coleta, processamento e disseminação da informação fazendo com que o indivíduo transforme-se em um produtor em potencial de conhecimento, e compartilhá-lo com outros sujeitos.

Segundo Araújo (1999), a informação é um elemento de fundamental importância, pois permite aos indivíduos, em seu meio social, tomarem conhecimento dos seus direitos e deveres e a partir desse conhecimento decidir sobre suas vidas. A construção e o exercício da cidadania passam pela questão do acesso e uso da informação, pois a consciência de deveres e direitos está relacionada com o livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres. De acordo com Jambeiro (2007), o Estado é o maior produtor de informação de interesse dos cidadãos e tem por obrigação formular diretrizes e políticas, desenvolver atividades e projetos relacionados à gestão e acesso a essas informações para a população.

O homem não nasceu para viver em condições subumanas de vida, quando isso acontece ele sente que está vivendo um processo de opressão, então luta em busca de liberdade, pois o desejo de libertar-se de estruturas sociais que não permitem viver uma vida verdadeiramente humana é o passo principal no processo de conscientização do homem. (ARAÚJO, 1994).

A informação deve caminhar ao lado do homem na construção da cidadania, pois o acesso a esta é primordial para o indivíduo se tornar um cidadão, uma vez que o direito à informação antecede a prática de direitos humanos. Esse acesso não deve ser apenas a nível individual, mas também coletivo, a partir do fato que o homem vive em sociedade.

Segundo Freire (2006), a democratização do acesso às tecnologias digitais e intelectuais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social.

As políticas de informação ultrapassam o campo formal de conjunto de leis, regulamentos, pois englobam as práticas e ações informais de um determinado contexto,

em que se misturam pessoas, instituições e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por mecanismos formais (WEINGARTEN citado por BRANCO, 2006).

Neste sentido, buscamos na responsabilidade social da Ciência da Informação o apoio para que se possam desenvolver competências informacionais na comunidade objeto de nossa pesquisa (comunidade Santa Clara, João Pessoa, PB), assim como produzir um instrumento de política pública de informação para gestão de recursos informacionais e facilitar o acesso à informação. Este processo envolve as pessoas dessa comunidade (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) e que este instrumento de comunicação da informação possa ajudar a inseri-los na sociedade da informação. O método de investigação adotado constitui em: levantamento bibliográfico sobre o tema; pesquisa exploratória na Comunidade Santa Clara; discussões com o Professor Adolfo Julio coordenador do Grupo de Extensão do Departamento de Ciência da Informação.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA**

A Comunidade Santa Clara faz parte do Conjunto Castelo Branco III, localizada na Cidade de João Pessoa/PB. Trata-se de uma comunidade carente, que surgiu após invasões consecutivas de terras, fato que interfere até hoje, pois não é possível para os moradores adquirirem escritura de suas casas. O Departamento de Ciência da Informação da UFPB tem vivido uma história de 7 (sete) anos com esta comunidade através de Projeto de Extensão, e que teve como maior resultado a criação da Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade Santa Clara – ACMCSC.

Sendo assim, o seguinte projeto vem unir a pesquisa – PIBIC - à extensão na construção, de forma participativa, de um instrumento com diretrizes para uma política pública de gestão e acesso a recursos de informação em âmbito local.

O projeto acontece dentro de uma comunidade, onde as pessoas têm seus costumes, uma cultura local, isso é algo criado ao longo de anos, que faz parte da história da comunidade (os moradores são os sujeitos da pesquisa). Em momento algum se quis modificar isto, mas ajudar os indivíduos que lá residem a ter um caminho para chegar de fato na sociedade da informação, desenvolvendo ações que facilitem este percurso. Neste sentido, utilizamos o conceito de Regime de Informação por entendermos que oferece tanto um suporte teórico quanto operacional para compreendermos a realidade informacional da comunidade.

Ao utilizar a pesquisa-ação para o desenvolvimento do projeto, objetiva-se trabalhar diretamente com as pessoas da comunidade a fim de que se possa entender a realidade em que esses sujeitos estão inseridos e não modificá-la, mas, sim, oferecer oportunidade para que possa participar da análise de sua própria realidade.

Os autores da pesquisa e os atores sociais (as pessoas da comunidade), “se tornam sujeitos e parte integrante da pesquisa, de sua concepção, de seu desenrolar, de sua redação e de seu acompanhamento” (DESROCHE, 1990 citado por THIOLENT, 1997, p.36).

Após esse “abrir de olhos” da comunidade, esta poderá junto com os pesquisadores, compartilhar saberes com o propósito de criar diretrizes para uma política de informação local do regime de informação global.

### **3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PÚBLICA**

As transformações na área das comunicações e o uso intensivo da informação em todas as atividades humanas vêm crescendo e em ritmo constante, fazendo com que o Estado favoreça o acesso à informação e estimulem seu uso, há também o fato de que a mídia pode criar necessidades de informação nos indivíduos, fazendo com que passem a se interessar por informações que têm necessariamente uma relação direta com sua realidade, com seus problemas cotidianos. Nessa situação, pode ser considerado que o usuário de informação detenha um nível reduzido de conhecimentos sobre sua realidade/cotidiano e sobre tais informações, pois quanto menor for o acervo social do conhecimento desse sujeito menos apto ele se sente para entender determinada informação e conseqüentemente, mais propício estará a seguir o caminho traçado pelo sujeito-emissor (ARAUJO, 1999).

Uma política de informação deve ser flexível o bastante para permitir a participação dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Para Gómez (1997) política de informação é

[...] o conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local, nacional ou global de sua manifestação.

A autora formula sua abordagem de políticas de informação utilizando como base o conceito de regime de informação, o qual define como

Conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nos quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação (GÓMEZ, 2002).

Implantar tais políticas é indispensável para o desenvolvimento de condições necessárias à oferta de serviços necessários para as comunidades carentes no âmbito informacional. Uma política de informação deve atuar de forma participativa e deve ser um instrumento regulador entre a sociedade e os avanços científicos e tecnológicos.

A produção de informação é constante, não cessa, ao contrário quando nos damos conta estamos diante de uma nova informação e novas surgem a cada instante. Os órgãos públicos produzem grande volume de informação e é necessário que essas informações sejam filtradas e disseminadas para todos principalmente para comunidades que não tem acesso a informações e perdem muito em relação a seu desenvolvimento individual e coletivo.

A natureza econômica e cultural não permite acesso livre a todos, a informação fica restrita àqueles que são alfabetizados (escrita e digitalmente) e/ou aos que usam computador em casa ou que podem pagar por esses serviços.

Por isso é necessário criar políticas de informação, apoiadas em estruturas organizacionais, conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, uso, armazenamento e comunicação de informação.

Foi estudada a Comunidade Santa Clara, no Bairro do Castelo Branco, na Cidade de João Pessoa. O estudo teve como ponto de partida o levantamento da existência de políticas de informação para a inclusão digital. Em seguida identificar os elementos do regime de informação no campo empírico da pesquisa, através de conversas com a Presidente do Centro Comunitário. Os resultados são mostrados a seguir.

#### **4 REGIME DE INFORMAÇÃO**

Constatou-se que o regime de informação é praticamente inexistente. O Estado, apesar de ser um construtor de informação importantíssimo, a população só tem acesso às informações de seus interesses quando podem pagar por ela, ou seja, quando freqüentam uma lan house, quando podem comprar uma televisão, pois, muitos ainda não têm televisão em suas casas. Assim, a recepção de informação se dá por meio dos seguintes canais:

- **Canais formais:** periódicos e livros

Material doado, geralmente já usado e em pouca quantidade, ficam armazenados no Centro Comunitário, onde quem quiser pode ter acesso e fazer leituras e pesquisas locais, não havendo possibilidade de empréstimo domiciliar. É utilizado na maioria das vezes pelas crianças e jovens nas pesquisas escolares.

- **Canais informais:** palestra, reuniões entre os componentes do PET e os beneficiários de seus serviços, troca de experiência dos projetos, conversa face a face.

No Centro Comunitário acontecem reuniões do PET que cuidam de crianças, jovens e suas mães, esclarecendo dúvidas em relação à educação das crianças. Alguns projetos da UFPB que realizam suas atividades na comunidade promovem palestras, conversam com a população.

- **Canais semiformais:** participação em fóruns temáticos (utilizando simultaneamente textos, periódicos, conversa face a face e do correio eletrônico) e desenvolvimento de pesquisas, utilizando simultaneamente livros, periódicos e conversa face a face. Neste caso inexistente na comunidade.

O uso desses canais produz um pequeno impacto no contexto da comunidade pesquisada. Pelos dados coletados, observamos que as seguintes instituições se constituem em sujeitos emissores:

- grande mídia (televisão, rádio e imprensa);

- profissionais de saúde (estudantes e posto médico);
- Igreja Católica;
- universidades e instituições de pesquisa;
- beneficiários das atividades/serviços

## **5 AS POLÍTICAS E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

O cidadão tem acesso a serviços através de telefones, mas nem todos possuem telefones em casa, e mesmo assim não sabem que podem saber onde encontrar alguns serviços por telefone. Outro instrumento utilizado para fornecer informação é o Diário Oficial, mas em uma comunidade aonde não chegam nem as correspondências essa possibilidade é inviável.

A Secretaria de Educação não pode construir uma escola pública no local para coletar, analisar e disseminar informações sobre educação, pois não há estrutura física, a comunidade Santa Clara é praticamente uma rua, com declínio. As pessoas que estudam têm que se deslocar para o Bairro do Castelo Branco, como também para ter acesso ao Posto Médico.

Na comunidade as políticas e a gestão da informação é muito carente, necessitando de reestruturação da Prefeitura onde tenha o foco na disseminação da informação para que todos tenham acesso as informações que necessitam e as vezes não tem nem consciência do que necessitam por não conhecer o valor que a informação pode trazer para suas vidas.

A Prefeitura de João Pessoa tentou prestar ajuda com a construção do Centro Comunitário, mas não foi possível, pois a comunidade foi habitada após diversas invasões, não havendo documentação do terreno, mesmo assim o mesmo foi construído com doações.

Outro aspecto que surge a partir da identificação dos canais de comunicação é a questão das barreiras, que se caracterizam como elementos redutores da eficiência das práticas informacionais. Os dados coletados junto à comunidade pesquisada apresentam as seguintes barreiras:

- a) Falta de documentação das casas para poder receber auxílio do governo;
- b) Analfabetismo;
- c) Barreiras tecnológicas;
- d) Falta de um ponto de internet no Centro Comunitário;
- e) Inexistência de disseminação da informação diante dos órgãos públicos;
- f) Falta de interação face a face constantes, a informação é o instrumento, a comunicação é o processo, e a reunião desses dois elementos por meio da conversa face a face é que permite a mudança de mentalidades, que é muito lenta.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existem sinais esparsos e não consolidados de políticas de informação pública. Esses sinais não têm um órgão vinculado ao Prefeito. Este órgão é que poderia formular e inserir políticas públicas de informação na comunidade, criando um Núcleo de Gestão da Informação, com ações informativas e comunicativas.

Os dados mostram que são inexistentes as ações públicas que contemplam o acesso à informação pelo cidadão e a oferta de canais de comunicação.

Essa falta de informação impede aos cidadãos de obterem informação de seu interesse. Devem ser desenvolvidos serviços de informação e comunicação e divulgação de como acessá-los, para que ocorra uma inclusão na sociedade da informação.

As práticas informacionais, por sua vez, auxiliam na constituição de redes sociais, pois são, em última instância, conjuntos de múltiplas relações de associações coletivas, transformando as pessoas e agregando valor aos seus conhecimentos.

A informação auxilia na construção de espaços sociais de cidadania, este fato só ocorrerá se for recebida e analisada a partir de necessidades específicas e transferida para atender a estas mesmas necessidades, surgindo fluxos informacionais mais presentes. Assim a relação entre informação e cidadania não é algo gerado a partir do simples acesso/uso de informação esta relação vai além disto, exige participação por parte do usuário de informação. Diante desta consideração, a sociedade de informação e do conhecimento é apenas um espaço de possibilidades que ainda espera uma ação por parte dos sujeitos sociais, no sentido de colocar tais elementos a serviço do bem estar coletivo, atingindo o objetivo da informação, que é ser útil aos cidadãos, onde a informação passa a ter valor a partir do momento que é utilizada para suprir necessidades.

## ***BUILDING A MAP OF PUBLIC POLICIES FOR MANAGEMENT AND ACCESS TO INFORMATION IN LACKING COMMUNITIES***

### ***Abstract***

This work explored the informational routine of a lacking community, located in João Pessoa city. Firstly lifted up and analyzed which the regime of the community's information. Afterwards, the identification of channels and people responsible by the production and dissemination of information. This exploratory study accomplished in Santa Clara community. Data analysis revealed the absence of public information policies in the community. The results of this investigation present positive and negative points, serving as base for the construction of a map of public politics that allow the access to information for the community's residents.

***Keywords:*** Public Information Policy. Regime of Information. Management of Public Information. Information Science.

## **REFERÊNCIAS**

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Exclusão digital**. Disponível em: [www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14&infol=433](http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14&infol=433) Acesso em: 01.07.2008.

BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez. 1994.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da Informação no Brasil. **Livro verde**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html> . Acesso em 18.05.2008.

ESPIRITO SANTO, C., FREIRE, I.M. “Quissamã somos nós”: construção participativa de hipertexto. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.1, p.155-168, jan./abr. 2004.

FREIRE, G.H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2004. Disponível em: [http://www.isafreire.pro.br/gustavo\\_freire\\_tese.pdf](http://www.isafreire.pro.br/gustavo_freire_tese.pdf). Acesso em: 01.8.2008.

\_\_\_\_\_. Construindo um hipertexto com o usuário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção de instrumento para comunicação de informação sobre saúde**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 1998. Disponível em: <http://ghafreire.sites.uol.com.br>. Acesso em: 25.06.2008

FREIRE, I.M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

FREIRE, I. M. **Janelas da cultura local**: abrindo oportunidades para a inclusão digital. Projeto CNPq. 2005. Disponível em: <http://www.isafreire.pro.br/CNPqProjetojanelas.pdf>. Acesso em:10.06.2008

\_\_\_\_\_. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v.16 n.2, maio/agosto 2004. p.189-194. Disponível em: [http://www.isafreire.pro.br/FREIRE\\_desafio\\_inclusao\\_digi.htm](http://www.isafreire.pro.br/FREIRE_desafio_inclusao_digi.htm). Acesso em: 07.06.2008

\_\_\_\_\_. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT – UFRJ. 2001. Disponível em: <http://www.isafreire.pro.br/isafreireteseintrod..pdf>. Acesso em: 05.06.2008

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1, 1999.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33 n.1 jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32 n.1, jan./abr. 2003.

LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n. 2, 2000.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31 n.2, mai./ago. 2002.

MARTELETO, R.M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1995.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: [www.informacaoesociedade.ufpb.br/119101.pdf](http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/119101.pdf). Acesso em 26.05. 2008.